

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

UFRN	Centro: Centro de Ciências Sociais Aplicadas
	Departamento: Ciências Contábeis
	Curso: Ciências Contábeis

TIPO DO COMPONENTE: DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
QUANTIDADE DE AVALIAÇÕES: (3)									
SEMESTRE: (4º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
CON4601	ELEMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	04	04			60	60		

PRÉ-REQUISITOS E/OU CO-REQUISITOS		
P/C	Código	Denominação
P	CON4102	Contabilidade Básica II

EQUIVALÊNCIA GERAL	
Código	Denominação
DPU0050	Elementos de Direito Constitucional e Administrativo

OBJETIVOS
1. Dotar os alunos de conhecimentos básicos dos princípios de administração pública; 2. Apresentar a estrutura da administração pública e o funcionamento dos Tribunais de Contas; 3. Destacar o funcionamento dos atos governamentais que conduzem as decisões dos gestores públicos; 4. Proporcionar conhecimentos básicos aos alunos para a elaboração de orçamentos e auditorias governamentais.

EMENTA
Organização político-administrativa do Estado. Princípios constitucionais da administração pública. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Formas e sistemas de controle da administração pública. Tribunais de Contas. Estruturas básicas da administração pública: administração direta e indireta, descentralização e desconcentração, entidades da administração indireta, agências, entidades paraestatais e terceiro setor. Atos administrativos. Licitação pública e contrato administrativo. Serviços públicos. Patrimônio na administração pública. Agentes públicos e servidores públicos.

CONTEÚDO
1. a organização político-administrativa do Estado: entidades componentes da Federação Brasileira; repartição de competências; 2. princípios constitucionais da administração pública; 3. fiscalização contábil, financeira e orçamentária: a função de fiscalização; formas de controle; o sistema de controle interno; o sistema de controle externo; 4. estruturas básicas da administração pública: administração direta e indireta; 5. administração indireta: descentralização e desconcentração; entidades (autarquias, fundação e empresas estatais); 6. agências, entidades paraestatais e terceiro setor;

7. atos administrativos: conceito, validade, eficácia, atributos, elementos, vinculação, discricionariedade, classificação, espécies, extinção e revogação;
8. licitação: conceito, princípios, legislação aplicável, objeto, obrigatoriedade, modalidades, tipos, limites e procedimento;
9. contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação;
10. contrato administrativo: conceito, características, tipos e fases (formalização, duração, alteração, execução, fiscalização, inexecução e rescisão);
11. contrato de gestão; convênio; contrato de repasse; termo de cooperação; termo de parceria; consórcio administrativo;
12. serviços públicos; concessão; permissão e autorização;
13. Patrimônio na administração pública: patrimônio sob o aspecto qualitativo, patrimônio sob o aspecto quantitativo e inventário na administração pública;
14. agentes públicos e servidores públicos;
15. Tribunais de Contas: natureza jurídica, competências, organização, jurisdição e eficácia das decisões;

COMPETÊNCIA E HABILIDADES

Ao término da disciplina o aluno será capaz de compreender a natureza jurídica e estrutura das organizações públicas; como os atos administrativos são executados pelos gestores públicos e a forma de atuação do controle interno e controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas. Debates em sala de aula. Resolução de exercícios. Estudos de caso. Produção de resumos e resenhas. Trabalhos individuais e em grupo.

REFERÊNCIA

BÁSICA

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 27 de fevereiro de 1967.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 24. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

AGUIAR, Afonso Gomes; AGUIAR, Márcio Paiva de. **O tribunal de contas na ordem constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 19. ed. São Paulo: Método, 2011.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. **Sistema de controle interno: uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência**. 2. ed., rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Contratação direta sem licitação**: dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação, comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão, procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 7. ed. rev., atual. e ampl. 2. tirag. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de registro de preços e pregão**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FREITAS, Juarez. **O Controle dos Atos Administrativos e os princípios fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2010.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de licitações e contratos**. 3. ed. rev., atual. e ampl. 4. tirag. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GASPARINI, Diógenes (Coord.). **Pregão presencial e eletrônico**. 2. tirag. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

GUERRA, Evandro Martins. **Os controles externo e interno da administração pública**. 2. ed., rev. e ampl., 2. tirag. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MUKAI, Toshio. **Curso avançado de licitações e contratos públicos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2010.

NOVELINO, Marcelo. **Direito constitucional**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2011.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Dispensa e inexigibilidade de licitação pública**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de (Coord.). **Terceiro setor, empresas e estado: novas fronteiras entre o público e o privado**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei das licitações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei Complementar nº 464, de 05 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Norte. **Diário Oficial do Estado. Poder Executivo. Rio Grande do Norte, RN. 12 de jan. 2012.**

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Resolução nº 22/2011 – TCE, de 27 de dezembro de 2011.** Regulamenta os modos de composição, elaboração e organização das contas públicas e de demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e dos seus respectivos Municípios, estabelece formas e prazos para sua apresentação ao Tribunal de Contas e dá outras providências. Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado-TCE. Rio Grande do Norte, RN. 29 de dez. 2011.

ZYMLER, Benjamin; ALMEIDA, Guilherme Henrique de La Rocque. **O controle externo das concessões de serviços públicos e das parceiras público-privadas.** 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

Natal, de de

Chefe do Departamento